

**SER OU NÃO SER AGRICULTOR? EIS A QUESTÃO.
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A PROFISSÃO
DE AGRICULTOR ENTRE JOVENS DE COMUNIDADE
RURAL DO SUL DO BRASIL.**

Flávio Sacco dos Anjos*

Nádia Velleda Caldas**

*Universidade Federal de Pelotas.

**Universidade Federal de Pelotas.

RESUMO

A realidade atual de diversas comunidades rurais do sul do Brasil é bastante preocupante. O número de jovens que decidem assumir a propriedade familiar e exercer a profissão de agricultor é cada vez menor. Nesse estudo os autores analisam essa questão a partir das representações sociais de alunos matriculados em escola de uma pequena localidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, acerca da agricultura e do mundo rural. Os dados apresentados revelam um cenário pouco alentador do ponto de vista das perspectivas daqueles que deveriam ser vistos como protagonistas do desenvolvimento e do futuro dos espaços rurais de Pelotas e da região.

Palavras-chaves: representações sociais; ruralidade; futuro da agricultura; juventude rural.

ABSTRACT

The current reality of many rural communities in south of Brazil is very worrying. The number of young people who decide to take control of the family property and to exercise the farmer's profession is dwindling. In this study, the authors analyze this question from the point of view of social representations of students that attend a school in a small community of Pelotas, Rio Grande do Sul state, about agriculture and the rural world. The data presented shows a discouraging scenario from the point of view of the perspectives of those that they must be seen as protagonists of the future of rural areas of Pelotas and the region.

Keywords: social representations; rurality; future of agriculture; rural youth.

1. INTRODUÇÃO

A segunda metade dos anos 1990 trouxe consigo uma inegável renovação temática na agenda de pesquisa sobre a realidade agrária e rural brasileira. No bojo desse movimento se inserem as pesquisas realizadas sob a égide do Projeto Rurbano (GRAZIANO DA SILVA et al, 1997) em diversos estados da federação, cuja essência converge para três constatações bastante importantes. A primeira delas descansa sobre o reconhecimento de um desconcertante paradoxo, qual seja, o de que o crescimento da produção agropecuária se deu *pari passu* com o declínio progressivo na capacidade de ocupação da população rural em atividades estritamente agrícolas. Ou seja, em meio a um crescimento exponencial da produção agropecuária, o país do agronegócio destruiu milhares de postos de trabalho.

A segunda constatação está vinculada, em maior ou menor medida, à primeira. Refere-se ao fato de que houve um crescimento significativo, em termos absolutos e relativos, no número de pessoas rurais ocupadas em atividades que pouco ou absolutamente nada tem a ver com a dinâmica da agricultura. A terceira constatação aparece associada a uma importante ruptura nos esquemas usuais que associam o rural ao cumprimento estrito de funções ligadas à produção de alimentos e de matérias-primas.

Este quadro remete ao surgimento de uma ruralidade pós-industrial dentro do esquema proposto por Sotte (2006), no qual estabelece que a adoção de indicadores econômicos e sociais para medir o grau de ruralidade requer uma abordagem eminentemente multidimensional, muito além da adoção de critérios vagos como

a taxa de ocupação agrícola ou mesmo a densidade demográfica em termos de habitantes por km². Que dizer, por exemplo, da situação de um agricultor familiar, bastante recorrente no sul do Brasil, que concilia a exploração de sua pequena área de terra com o exercício de uma outra atividade remunerada completamente descolada da produção de alimentos?

Falar de pluriatividade supõe estar diante de um tema bastante controvertido. Por um lado, por ser o resultado de uma tendência socioeconômica que desafia a concepção dicotômica, que pensa o rural e o urbano como mundos opostos e desconectados. A segunda dificuldade reflete a dificuldade de definição de um fenômeno e de sua delimitação no marco da realidade concreta. Amíúde se diz que se trata de um vocábulo utilizado para identificar situações muito distintas, bem como de estudos que carecem de rigor metodológico para explicitar as causas que supostamente produzem a pluriatividade ou mesmo as formas sociais de produção implicadas.

Mas a que classe de fenômeno se refere a pluriatividade? Alguns pesquisadores responderiam que se trata de uma situação típica de sociedades marcadas pelo paradigma pós-produtivista ou pós-industrial, em meio à atual fase de reestruturação do capitalismo em nível mundial. Para outros representa nada mais que uma evidência das transformações no mundo do trabalho, que pode ser traduzida na ideia de “desdiferenciação” enunciada por Mingione e Pugliese (1987:96) em seu estudo.

Para além dos traços que supostamente definem a pluriatividade, trata-se de reafirmar que sua emergência é resultado das condições estruturais de cada região

e da dinâmica que move os processos sociais, econômicos e, sobretudo, culturais de um território dado. Parte-se aqui da premissa de que se trata de um fenômeno de grande complexidade, de características eminentemente multidimensionais, o qual pode ser visto como expressão das transformações no mundo do trabalho, da agricultura e da ruralidade, mas também enquanto resultado de situações particulares de cada unidade familiar de produção ou mesmo de indivíduos que durante sua trajetória socioprofissional veem-se diante da contingência de conciliar atividades agrícolas e não agrícolas para alcançar determinados fins ou objetivos.

No caso de jovens rurais o exercício de uma atividade paralela à de agricultor pode estar associada ao desenvolvimento de um ofício que, no futuro, pode representar o desligamento total e definitivo em relação às fronteiras materiais e simbólicas da exploração familiar. Decerto, não é necessário insistir no fato de que esta tem sido a perversa tendência que se impõe sobre diversas regiões no Sul do Brasil, a qual tem sido objeto de inúmeras reportagens televisas que retratam os contornos de um êxodo cada vez mais seletivo, remetendo para as cidades amplas camadas da população jovem do campo.

Mas também é certo pensar que o exercício da pluriatividade pode ser visto como uma forma de ampliar o leque de oportunidades dos indivíduos e de ironicamente assegurar sua permanência no meio rural, especialmente no caso das mulheres e dos jovens rurais. Desenvolver uma atividade laboral e obter uma renda complementar pode assegurar a conquista de um maior grau de autonomia e uma fonte inesgotável de realização pessoal. O que não se

pode negar é que pesa sobre a atividade agropecuária uma imagem bastante negativa, vista como atividade pouco aberta à inovação e como sinônimo de atraso. Em verdade, sabe-se que a realidade do Brasil, guardadas as devidas proporções, se aproxima do que ocorre na América Latina em geral e inclusive no âmbito de países europeus.

Nesse artigo busca-se explorar um ponto de vista inusitado sobre essa questão, qual seja, o de analisar as representações sociais de jovens matriculados em uma escola rural do interior do Rio Grande do Sul. Os dados refletem uma realidade preocupante, lançando uma nuvem de sombras sobre o futuro de estabelecimentos familiares e do mundo rural de uma forma geral. Além dessa introdução, o artigo se desdobra em três outras partes. A segunda delas discute o conceito de representações sociais, ao passo que a terceira analisa o rural enquanto representação social, evocando diversos trabalhos que se debruçaram sobre essa questão. É na quarta seção que descrevemos os procedimentos metodológicos gerais da pesquisa, bem como a análise propriamente dita dos dados e as informações coletadas a campo. A quinta e última seção reúne as considerações finais, mas não conclusivas, desta pesquisa.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

É na obra fundacional da sociologia moderna de Émile Durkheim (1895/1968) que vamos encontrar as primeiras alusões às representações sociais na distinção que estabelece entre o que sejam representações “individuais” e “coletivas”. Todavia, como adverte Duveen (2010: 13), o esforço para erigir

a sociologia como uma ciência autônoma fez com que Durkheim propusesse uma separação radical entre estas duas modalidades de representações, assumindo que as primeiras deveriam ser o campo da psicologia ao passo que as últimas conformariam o objeto de sociologia.

Todavia, a grande contribuição ao estudo das representações sociais dar-se-á a partir do surgimento da obra seminal de Serge Moscovici (2010). O uso de seu instrumental teórico e epistemológico transcende as fronteiras da psicologia social, sendo hoje incorporado à órbita de outras ciências humanas e campos do conhecimento. Reconhecer os vínculos dessa noção com a sociologia de Durkheim não pode ocultar o fato de que Moscovici diverge¹ da visão original do sociólogo francês por entender que este concebeu as representações como formas estáveis de compreensão coletiva. Moscovici, ao contrário, vislumbra as representações sociais como um tipo de criação coletiva, “em condições de modernidade, uma formação implicando que, sob outras condições de vida social, a forma de criação coletiva pode ser também diferente” (DUVEEN, 2010:16).

A complexidade é comumente atribuída ao duplo estatuto deste conceito, que tanto é assumido como um fenômeno em si mesmo quanto um referencial teórico singular cujo potencial heurístico é indiscutível para o estudo do “mundo das ideias” e dos processos sociais contemporâneos. Para os objetivos que persegue este artigo importa destacar que Moscovici interessou-se pelo estudo de como e por que as pessoas partilham o conhecimento, constituem uma realidade comum e do modo através do qual transformam *ideias* em *práticas*.

Destarte, são as pessoas e os grupos os responsáveis por criar representações no contexto dos processos de comunicação, não sendo forjadas, portanto, por indivíduos isoladamente. Entrementes,

Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu. (MOSCOVICI, 2010:41)

São bastante eloquentes as alusões feitas a um feixe de transformações que supostamente ilustram o entendimento de que estamos hoje diante da morte de antigas e do nascimento de novas representações sociais sobre o rural. Isso aparece claro na ideia de um suposto “renascimento rural” (KAYSER, 1990), da “reinvenção do rural” (GRAY, 2000) do “nascimento de outra ruralidade” (VEIGA, 2006), ou do surgimento de uma “nova ruralidade” (EIKELAND, 1999), apenas por citar alguns exemplos que servem para ilustrar esta mudança.

Todavia, os dados que a seguir analisaremos mostram que a efervescência em torno à ideia de novos usos e vocações para os espaços rurais ainda não foram suficientemente fortes para mudar as representações sociais das pessoas “do lugar”. Esse quadro se impõe sobretudo em âmbitos específicos como as escolas rurais, onde uma imagem extremamente negativa sobre a agricultura e sobre o mundo rural hodiernamente se reproduz, deixando pouco espaço para explorar outras possibilidades.

Nas atuais condições, a escola rural não se mostra capaz de modificar o

velho discurso sobre a ruralidade ou de conectar-se com as novas representações sociais. Suas práticas traduzem a ultrapassada visão de que se trata de uma agência que sela os passaportes que conduzem os indivíduos a um caminho sem volta, de certa forma rompendo com todo e qualquer vínculo com os valores e com a sociabilidade típica das comunidades rurais a que um dia pertenceu.

3. O RURAL COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL

No interessante estudo realizado por Rye (2006) são analisadas as imagens do rural que habitam o imaginário de adolescentes de comunidades rurais da Noruega. Os resultados de sua pesquisa mostram a predominância de uma representação social que vincula duas fortes imagens do rural: a ideia do *idílio* e a do *tédio*. Na visão deste autor estas imagens não são propriamente contraditórias entre si, mas sim, complementares.

Associa-se o rural à ideia de lugar para uma vida boa (JONES, 1995; HALFACREE, 1993), mas também ao tédio ou "*rural dull*" (HAUGEN e VILLA, 2005; BERG e LYSGARD, 2004, 2002; LÆGRAN, 2002). Mas como adverte Rye (2006:416), tais representações não podem ser tomadas como mutuamente excludentes, senão como dimensões que conformam um mesmo contexto. A dimensão do idílio rural é uma imagem mais forte que a do tédio e prepondera entre os jovens rurais noruegueses, reproduzindo a ideia de lugar caracterizado por ser um ambiente natural, pela existência de uma densa estrutura social em que todos conhecem todos, de um sentimento de vizinhança ou de pertencimento e de um forte espírito de cooperação.

Mas a imagem idílica coexiste com uma imagem negativa, não tão expressiva, e que associa o rural a um lugar monótono, ao "não moderno", à deficiência de oportunidades e a um lugar em que as pessoas trabalham muito e ganham pouco (os chamados *rednecks*). Os pescoços vermelhos deixam mais marcas do que as decorrentes da exposição ao sol, sobretudo no imaginário daqueles que buscam fazer não apenas escolhas profissionais, mas de um estilo de vida dentro das infinitas possibilidades que o mundo moderno lhes apresenta.

Há, não obstante, outras ideias-forças associadas ao rural enquanto representação social. Referimo-nos à vinculação com a ideia de natureza, de biodiversidade, com os espaços protegidos ou outras vinculações já de por si bem conhecidas. Concretamente essa associação é nítida mesmo em países com uma forte tradição na produção agropecuária mundial como é o caso da França. O estudo realizado por Hervieu e Viard (1996) mostrou que 72% dos franceses urbanos consideram que o campo é mais uma paisagem que um local de produção. Mas o surpreendente, como adverte Abramovay (2003:27) ao comentar essa pesquisa, é que esta é "a opinião de nada menos que 61% dos que vivem no meio rural".

A relação com a natureza é vista como o traço mais proeminente da ruralidade, onde a vida que ali se desenvolve é percebida como qualitativamente superior que nas cidades, sendo esta uma de suas principais vantagens (ORDERUD, apud RYE, 2006:410). Mas o fato é que mesmo entre jovens rurais noruegueses, na pesquisa que mencionamos anteriormente, as representações sociais do rural não deixam dúvidas com relação a essa

íntima associação. Quando perguntados sobre quais *keywords* consideram mais adequadas para descrever o rural, sobressaiu com força e em primeiro lugar, a ideia de natureza. Com efeito, numa escala que varia entre 1 a 5 essa vinculação alcançou um escore médio de 4,7 num universo de quase 650 adolescentes entrevistados.

Essa visão da ruralidade “*para além da agricultura*” é fortemente influenciada pelas mudanças que estão acontecendo nos países desenvolvidos. Alguns estudos recentes (SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2003) detectaram situações identificadas com essa mesma tendência no caso brasileiro e igualmente destacam essas novas vocações relacionadas, entre outros aspectos, com o lazer, turismo e preservação de patrimônio natural e paisagístico. Mas apesar de importantes e de reivindicarem um novo projeto de desenvolvimento para os espaços rurais, não resta dúvida de que a imagem de ruralidade, construída ao longo do tempo, aparece inexoravelmente associada à ideia de atraso no imaginário da esmagadora maioria dos grupos que conformam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, como aludem alguns estudos (ABRAMOVAY, 2003:19), a própria definição adotada pelo IBGE é de “natureza residual”, ao conceber o rural como lugar de não-desenvolvimento e sem acesso a infraestruturas e serviços básicos.

Parte-se do entendimento de que a educação rural historicamente reproduziu esse sistema de valores na dinâmica de formação básica dos jovens. Destarte, o desempenho da função de agricultor é visto, ainda hoje, como antagônico a uma formação educacional que ultrapasse os quatro anos do ensino

fundamental. Em outras palavras, se reconhece o ofício de agricultor como destinado àqueles para o qual “*la cabeza no le da para más*” (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1997:10).

De outro modo, poder-se-ia dizer que educação e agricultura representam polos opostos e irreconciliáveis do ponto de vista da percepção das pessoas, não apenas das que vivem no meio rural, mas da sociedade em geral, visão essa reproduzida nos livros didáticos que enaltecem os valores da urbanização e desprestigiam o saber das comunidades tradicionais.

AS REPRESENTAÇÕES DE JOVENS RURAIS NA PEQUENA LOCALIDADE DE MONTE BONITO

O presente estudo desenvolveu-se durante o ano letivo de 2006, mas reúne também as observações colhidas através de outras pesquisas que vimos realizando nos últimos cinco anos no interior de Pelotas e em outras localidades inseridas na região conhecida como “Serra dos Tapes”. Trataremos aqui da percepção de ruralidade e das representações em relação à profissão de agricultor por parte dos alunos da Escola Estadual Marechal Rondon, situada no Monte Bonito, 9º Distrito de Pelotas, RS.

Trata-se de uma localidade marcada pela influência do processo de colonização levada a efeito durante a segunda metade do século XIX com o assentamento de famílias rurais de origem europeia (sobretudo alemães e italianos) em lotes de 25 a 30 hectares. Neste distrito de Pelotas, a exemplo de outras localidades, já se detecta a presença de novas vocações e de uso dos espaços rurais, especialmente para fins turísticos e residenciais. A existência de ligação por estrada, em parte pavimentada por

asfalto, permite inclusive que pessoas da cidade tenham ali seus sítios de lazer e, que muitos ali residam, não obstante não estarem efetivamente ligados direta ou indiretamente à atividade agropecuária.

Quanto à escola pesquisada, cabe lembrar que é a única na zona rural de Pelotas a possuir Ensino Médio, congregando alunos de outros distritos, bem como dos que residem no perímetro urbano. Interessava-nos saber até que ponto essa visão negativa em relação ao futuro da agricultura e dos espaços rurais aparecia referenciada no imaginário dos jovens entrevistados. As informações foram extraídas a partir do Projeto Localidades, inserido no bojo das atividades concebidas a propósito da formulação do 3º Plano Diretor de Pelotas, o qual visava identificar, mapear e descrever as localidades existentes na zona rural de Pelotas, analisando aspectos das manifestações culturais, econômicas, sociais e espaciais, objetivando estabelecer diretrizes para o planejamento urbano e rural para os próximos dez anos.

Foram entrevistados, durante o mês de agosto de 2006, 293 alunos que frequentavam desde a 7ª série do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Marechal Rondon. Mediante aplicação de questionário na própria escola, os alunos espontaneamente responderam, por escrito, as questões que formulamos, cujas informações serviram para a montagem de um banco de dados (formato SPSS) com aproximadamente 116 variáveis.

A principal atividade profissional desempenhada pelos pais ou responsáveis pelos jovens entrevistados está diretamente ligada à agricultura. Nada menos que 43% dos jovens encontram-se nessa situação. O restante

distribui-se num elenco bastante diversificado, destacando-se a condição de servidor público (8,2%), seguido de comércio e transporte com percentuais muito próximos (7,8% cada), indústria e serviços auxiliares (7,2%). Todavia, não pode ser visto como desprezível o percentual de jovens filhos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (4,8%).

Estes dados atestam as múltiplas inserções profissionais das pessoas que atualmente residem no meio rural de Pelotas. Mas ainda que o meio rural imponha, como alude Abramovay (1992:191), uma *“hereditariedade social sem equivalente em qualquer outra categoria da sociedade”*, sendo o parentesco o laço social básico na reprodução da empresa rural, nossa pesquisa detectou alguns aspectos que são dignos de nota.

Perguntamos aos 125 alunos, cujos pais eram agricultores, se gostavam dessa atividade. Como mostra a Tabela 1, chama a atenção o fato de que 47,2% responderam afirmativamente, dado que suscita preocupação com relação ao futuro dos estabelecimentos rurais a que se acham vinculados. Teria a escola alguma influência no suposto desencanto dos jovens rurais frente a uma atividade tão tradicional no interior de uma comunidade de características essencialmente agropecuárias?

No nosso entendimento, sim, havendo um conjunto de fatores que conspiram para um quadro deveras preocupante, que passa pela natureza dos conteúdos programáticos, que exaltam os valores da ‘urbanidade’ em detrimento da importância da profissão de agricultor, seja na produção de alimentos, seja como detentor de um saber-fazer, bem como da supervalorização do ambiente da cidade

em detrimento das belezas naturais do mundo rural enquanto espaço de vida e de trabalho.

A sociabilidade típica do meio rural, marcada indiscutivelmente pelas relações face a face, pela proximidade e pelo interconhecimento vem sendo sistematicamente preterida em nome de outros valores que emergem da sociedade de consumo. A escola rural, sem sombra de dúvidas, é uma caixa de ressonância para onde converge uma visão de mundo que é absolutamente dominante. Deveria ser o lugar ideal para resgatar os valores de uma cultura tipicamente camponesa numa parte do país onde o processo de formação social, histórica e cultural que engendrou o surgimento desta e de outras comunidades rurais está indissolúvelmente ligado a este fenômeno. Possivelmente estejam aí as chaves explicativas para entender as razões pelas quais 45,6% dos jovens entrevistados simplesmente não gostam da agricultura ou da profissão de agricultor.

Tabela 1. Distribuição do número de jovens segundo a opinião sobre a pergunta “você gosta da atividade agrícola ou agropecuária?”.

Resposta	Nº de alunos	%
Sim	59	47,2
Não	57	45,6
Não sabe/ não respondeu	9	7,2
Total	125	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2006-2007).

Os dados da Tabela 2 exploram esse mesmo tema. Perguntamos ao conjunto de jovens cujos pais eram, ou

não, agricultores, se gostariam de se dedicar à agricultura no futuro. Resulta interessante saber que os dados são equivalentes em ambas as situações. A resposta afirmativa é encontrada em apenas 29,6% e 24,4% para os jovens cujos pais são agricultores e para os que exercem outras ocupações respectivamente. Igualmente relevante é o fato de que, entre os 125 alunos filhos de pais que atuam na agricultura, nada menos que 60,8% deles não projetam seu futuro no exercício dessa atividade, fortalecendo nossa convicção de que estamos diante de evidências que anunciam uma grande ruptura nos padrões sucessórios.

Tabela 2. Distribuição do número de jovens cuja atividade principal dos pais era a agricultura ou a outras profissões, se no futuro, gostariam de se dedicar às atividades agropecuárias.

	Atividade dos pais			
	Agricultura		Outras profissões	
Sim	37	29,6	41	24,4
Não	76	60,8	118	70,2
Não sabe/ não respondeu	12	9,6	9	5,4
Total	125	100,0	168	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Indagamos a todos alunos no sentido de que informassem sobre como julgavam que deveria ser a educação ministrada aos jovens rurais, oferecendo-lhes, como mostra a Tabela 3, três grandes opções. Os dados mostram que apenas 1,4% dos entrevistados julgam que deveria ser uma educação especializada, voltada para as atividades agrícolas, ao passo

Tabela 3. Distribuição dos entrevistados sobre a modalidade de educação mais adequada para as crianças e jovens residentes na zona rural.

Modalidade de educação mais adequada	Total	%
Educação especializada, voltada para atividades agrícolas	4	1,4
Educação geral, destinada para disputar empregos fora da agricultura	93	31,7
Educação mista, destinada tanto a agricultura quanto à formação em geral	161	54,9
Não sabe/não respondeu	35	11,9
Total	293	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2006-2007)

que 31,7% entendem que deva ser uma educação dirigida ao objetivo de preparar os jovens para disputar empregos fora da agricultura e 54,% julgam que deveria ser uma educação mista, orientada para que atuem tanto na agricultura quanto a outras profissões.

De acordo com Damasceno e Beserra (2004), “os mais altos índices de analfabetismo do país estão localizados na zona rural”, principalmente em locais onde o trabalho não exige mão-de-obra qualificada. Esse quadro reproduz a visão dominante de que a atividade agrária é vista como necessariamente oposta a uma formação educacional satisfatória. Embora não haja um alto grau de analfabetismo junto às comunidades rurais do Sul do país, a esmagadora maioria das pessoas que ali residem concluiu tão somente o ensino fundamental (4ª série fundamental). No caso do Rio Grande do Sul os dados do censo demográfico (IBGE, 2000) informam que 50,16% da população rural total, com idade igual ou superior a sete anos, têm entre 4 a 7 anos de escolaridade, dado que corresponde ao ensino fundamental completo.

Os dados aqui apresentados revelam

um cenário pouco alentador do ponto de vista das perspectivas daqueles que deveriam ser vistos como protagonistas do desenvolvimento e do futuro dos espaços rurais de Pelotas e da região. Entre os depoimentos dos jovens são recorrentes frases como “agricultura não é futuro” ou que “ser colono é feio”. As crises na agropecuária são cíclicas e refletem um feixe de transformações extremamente denso e complexo, cuja origem e natureza, ultrapassam os limites desse artigo. Cremos que é admissível pensar que esse quadro influencie, em maior ou menor medida, a posição assumida pelos jovens nos dados apresentados anteriormente.

Todavia, estamos plenamente convencidos de que os resultados que foram aqui apresentados representam uma consequência direta da precariedade em que se encontra imersa a educação no país e a educação no campo de uma forma bastante particular. As dificuldades passam, entre outros aspectos, por uma proposta pedagógica inadequada, a qual contribui, entre outros aspectos, para reforçar as representações sociais negativas dos jovens rurais em relação à agricultura e ao espaço rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tônica dos estudos que surgiram entre a segunda metade dos anos 1990 e o começo do novo milênio sinaliza para uma clara ruptura na lógica dicotômica que guiou o ideário das transformações levadas a efeito pelo Estado brasileiro nos últimos 50 anos. Em resumidas contas, já não se pode falar de rural, mas de ruralidades. Todavia, o que efetivamente mostra poucas mudanças, sobretudo nas regiões mais deprimidas do país, é a eterna associação do campo com a precariedade ou com o que se veio a chamar de uma “cidadania de segunda classe”.

As necessidades dos jovens rurais são similares às de outros jovens, incluindo o acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento. Lamentavelmente não são poucos os que julgam que as demandas do meio rural se cingem ao mundo estrito da agricultura, admitindo, erroneamente, que todas as pessoas que habitam estes espaços vivem *da e pela* agricultura. Decididamente a realidade da Escola Estadual Marechal Rondon, situada no Monte Bonito, 9º Distrito de Pelotas, no extremo sul do Rio Grande do Sul, não pode ser vista como alheia a essa dinâmica, antes pelo contrário.

A pesquisa analisou as representações sociais dos alunos de uma escola do interior de Pelotas em relação à agricultura, do ponto de vista do modo como eles projetam o seu futuro profissional. Uma visão bastante negativa povoa o imaginário dos jovens rurais, fato que, em última instância, reproduz o estigma dominante de que os espaços rurais representam o lugar do “não-desenvolvimento”, do arcaico, do tradicional, tal como indicam estudos recentes realizados no país.

Ainda que documentos importantes gerados pelo próprio Ministério da Educação (BRASIL, 2002) reconheçam a necessidade de se considerar o campo como espaço heterogêneo, destacando a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade), parece claro que se torna imperativo implementar ações orientadas a reconhecer essa diversidade e a importância dessas novas vocações dos espaços rurais, sem que isso implique, necessariamente, em desprestígio quanto ao papel do agricultor para as demandas atuais e futuras da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. S. Paulo, R. de Janeiro, Campinas: HUCITEC/Edunicamp/Anpocs, 1992, (Estudos Rurais).

BERG, G. N.; LYSGARD, K.H. Rural development and policies: the case of post-war Norway”. In: HALFACREE, K.; KOVACH, I.; WOODWARD, R. (eds.) Leadership and Local Power in European Rural Development, Ashgate: Aldershot, p. 256-272. 2002.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo Resolução CNE/CEB de 3 de abril de 2002. Disponível em: file:///C:/Users/LG/Downloads/rceb001_02.pdf.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama

- dos últimos cinquenta anos. Texto para Discussão, 621, IPEA: Rio de Janeiro, 1999.
- DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, 2004.
- DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional. 1895/1968.
- DUVEEN, G. Poder das ideias. In: Moscovici, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes. p.7-28. 2010.
- EIKELAND, S. New rural pluriactivity? Households strategies and rural renewal in Norway. Sociologia Ruralis, v.39, nº3, p. 359-376. 1999.
- GRAY, J. The Common Agricultural Policy and the Re-invention of the rural in the European Community. Sociologia Ruralis, v.40, n.1, p. 30-52, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J., O Novo Rural Brasileiro. Nova Economia, vol. 7, nº 1, Belo Horizonte, p. 43-81, 1997.
- HALFACREE, K. Locality and social representation: space, discourse and alternative definitions of the rural. Journal of Rural Studies, v. 9, n.1, p. 23-37. 1993
- HAUGEN, M.; VILLA, M. Rural idylls or boring places? In: BOCK, B. e SHORTALL, S. (Eds.). Rural Gender Relations: Issues and Case Studies, CABI Publishing. Oxfordshire. 2005.
- HERVIEU, B. Viard, Jean. Au bonheur des campagnes (et des provinces). Paris: L'Aube. 1996
- JONES, O. Lay discourses of the rural: development and implications for rural studies. Journal of Rural Studies, 11, p. 35-49. 1995
- KAYSER, B. La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin. 1990.
- LÆGRAN, A. S. The petrol station and the Internet café: rural technospaces for youth. Journal of Rural Studies, 18, p. 157-168. 2002
- MINGIONE, E. e PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural: Alguns Exemplos e Implicações Teóricas. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.22, Portugal. p.83-100, 1987.
- MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes. 2010.
- RYE, J. F. Rural youth's images of the rural. Journal of Rural Studies, v.22, p. 409-421. 2006.
- SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. 1ª ed. Pelotas: EGUFPEL, Pelotas, 2003.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar, Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SOTTE, F. Sviluppo rurale e implicazioni di politica settoriale e territoriale. Un approccio evolucionistico. In: Cavazzani, A.; Gaudio, G.; Sivini, S. Politiche, governance e innovazione per le aree rurali, Edizione Scientifiche Italiane, napoli, 2006.
- VEIGA, J. E. da. Nascimento de outra ruralidade. Estudos Avançados, v. 20, nº 57 p. 333-353, 2006.

NOTAS

1. Ao explicitar os contornos deste conceito e defender-se contra os que consideram tal noção demasiado vaga, Moscovici adverte: “Gostaria de lembrar que a ideia de representação coletiva ou social é mais velha que todas estas noções e que ela é parte do «código genético» de todas as ciências humanas” (2010:306; aspas no original)